

Opinião

A descentralização que se impõe



Mário Passos
Hoje às 00:00



A descentralização de competências para as autarquias locais entrou definitivamente na ordem do dia e dificilmente ficará tudo como dantes nesta matéria.

A pressão para o desenvolvimento deste processo é cada vez maior, porque cresce também diariamente a convicção dos cidadãos de que este é o antídoto para o excessivo centralismo desde sempre instalado no país, que provocou, e provoca, profundas desigualdades de desenvolvimento e de oportunidades entre os territórios.

Apesar disto, o processo tem sido lento e o caminho continua pejado de pedras. Correm os autarcas o risco de virem a ser acusados, se é que já não o são, de meterem areia na engrenagem com as suas recusas às propostas dos diplomas sobre a matéria, formalmente aprovadas nos órgãos próprios municipais.

Isto tem acontecido porque a esmagadora maioria dos autarcas não está disponível para, primeiro, jogar ao faz de conta, segundo, para desenvolver um processo que não garanta uma evolução na qualidade dos serviços públicos prestados, uma boa parte com défices significativos na atualidade.

Como colegas meus já muito bem notaram, transferir tarefas não é transferir competências. As primeiras sem as segundas mudam pouco e não significam uma real alteração de paradigma. Para que os serviços públicos tenham mais qualidade precisam de uma gestão de proximidade que atente às circunstâncias e especificidades dos territórios e das suas populações.

Por outro lado, são precisos recursos, naturalmente. A Administração Central não pode reservar envelopes financeiros para as autarquias inferiores ao que consome hoje com a sua administração. Compreendo que seja expectável que os municípios façam mais com menos, e farão certamente, mas não se pode ignorar a escassez de meios, o desgaste dos equipamentos e a necessária modernização e adaptação dos mesmos ao que se exige hoje de um serviço público.

Vila Nova de Famalicão entrou em 2015 no grupo de municípios-piloto do programa Aproximar, assumindo desde aí um conjunto de competências em matéria de Educação. A partir desse ano, deixou de haver em Vila Nova de Famalicão arranque de anos letivos atribulados por falta de meios que não os professores. Um relatório independente feito ao processo decorrido em Famalicão mostra um elevado nível de satisfação dos agentes educativos. O Estado propõe-nos agora que aceitemos definitivamente estas competências, mas com um envelope inferior ao que esteve em vigor na vigência do projeto-piloto. Não pode ser. Assim não vamos lá!

Descentralização, sim, mas não a qualquer preço.

**Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*